



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

A confiança de pessoas imigrantes vítimas de discriminação no Sistema de Justiça

[The trust of immigrant victims of discrimination in the Justice System]

Projeto de Graduação

[Licenciatura em Criminologia]

Mariana Mendes dos Anjos

Orientadoras:

Prof.^a Doutora Ana Sani

Junho, 2026

A confiança de pessoas imigrantes vítimas de discriminação no Sistema de Justiça

[The trust of immigrant victims of discrimination in the Justice System.]

Projeto de Graduação

[Licenciatura em Criminologia]

Mariana Mendes dos Anjos

Orientadoras:

Prof.^a Doutora Ana Sani

Junho, 2026

(página intencionalmente deixada em branco)

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha orientadora, pelo acompanhamento, disponibilidade e apoio ao longo da realização deste projeto. A sua orientação foi fundamental para a concretização deste trabalho.

Agradeço também à minha família, com um especial agradecimento à minha mãe por estar sempre presente, pelo apoio incondicional, incentivo e compreensão durante todo este percurso.

Por fim, deixo uma palavra de agradecimento a todas as pessoas que me apoiaram ao longo desta etapa.

A todos, o meu sincero obrigado.

Resumo

A discriminação constitui uma violação dos direitos fundamentais e representa um dos principais desafios à promoção da igualdade e da inclusão social, afetando particularmente as populações imigrantes. Apesar do enquadramento jurídico português garantir o princípio da não discriminação e o acesso universal à justiça, continuam a existir obstáculos que condicionam o exercício efetivo destes direitos e influenciam a confiança das vítimas nas instituições judiciais.

O presente projeto de graduação tem como finalidade analisar a forma como as vítimas imigrantes de discriminação em Portugal percecionam o acesso ao sistema de justiça, procurando identificar as principais barreiras encontradas no contacto com estas entidades. Para tal, será apresentada uma proposta de investigação, dirigido a vítimas imigrantes de discriminação residentes em Portugal. A amostra será constituída por aproximadamente 10 a 20 participantes, selecionados através de uma amostragem não probabilística por bola de neve, devendo cumprir os seguintes critérios: ser maior de 18 anos, ser imigrante residente em Portugal e ter experienciado pelo menos uma situação de discriminação.

Pretende-se compreender de que forma fatores como as dificuldades linguísticas, o desconhecimento dos direitos, o receio de denunciar situações de discriminação e as experiências de contacto com as instituições influenciam a confiança no sistema de justiça e o recurso aos mecanismos formais de proteção. Espera-se, igualmente, identificar aspetos que possam contribuir para a melhoria do acesso à justiça e da resposta institucional às necessidades desta população.

Com a elaboração deste projeto de graduação, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão das dificuldades enfrentadas pelas vítimas imigrantes de discriminação em Portugal, promovendo a reflexão sobre a importância de um sistema de justiça mais acessível, inclusivo e sensível às necessidades das populações migrantes.

Palavras-chave: discriminação; imigrantes; confiança institucional; sistema de justiça.

Abstract

Discrimination constitutes a violation of fundamental rights and represents one of the main challenges to the promotion of equality and social inclusion, particularly affecting immigrant populations. Despite the Portuguese legal framework guaranteeing the principle of non-discrimination and universal access to justice, obstacles persist that hinder the effective exercise of these rights and influence victims' trust in judicial institutions.

This graduation project aims to analyze how immigrant victims of discrimination in Portugal perceive access to the justice system, seeking to identify the main barriers encountered in their contact with these entities. To this end, a research proposal will be presented, targeting immigrant victims of discrimination residing in Portugal. The sample will consist of approximately 10 to 20 participants, selected through non-probabilistic snowball sampling, and must meet the following criteria: be over 18 years of age, be an immigrant resident in Portugal, and have experienced at least one situation of discrimination.

The aim is to understand how factors such as language difficulties, lack of knowledge of rights, fear of reporting discrimination, and experiences with institutions influence trust in the justice system and the use of formal protection mechanisms. It also aims to identify aspects that can contribute to improving access to justice and the institutional response to the needs of this population.

This graduation project intends to contribute to a better understanding of the difficulties faced by immigrant victims of discrimination in Portugal, promoting reflection on the importance of a more accessible, inclusive, and sensitive justice system for migrant populations.

Keywords: discrimination; migrants; institutional trust; justice system.

Lista de Abreviaturas, Siglas, Símbolos ou Acrónimos

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CP – Código Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

FRA – Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Índice

Introdução.....	1
Parte 1 – Enquadramentos Jurídico	2
1.1. Crime de discriminação em Portugal	2
1.2. Direitos das pessoas imigrantes vítimas de discriminação em Portugal	2
1.3. Estatística sobre a perceção de justiça e legitimidade institucional	3
Parte 2 – Enquadramento Teórico	4
2.1. Conceito de confiança no Sistema de Justiça	4
2.2. Caracterização das vítimas imigrantes de discriminação	5
2.3. Barreiras no acesso ao Sistema de Justiça pelas vítimas imigrantes de discriminação	6
Parte 3 – Proposta de Investigação	7
3.1. Levantamento de necessidades	7
3.2. Objetivos do estudo	8
3.2.1. Objetivo geral	8
3.2.2. Objetivos específicos.....	8
3.3. Método	8
3.3.1. Participação e amostra.....	9
3.3.2. Instrumento ou material	10
3.3.3. Procedimentos.....	10
3.4. Resultados esperados.....	11
Conclusão.....	13
Referencias.....	14
Anexos	16

Introdução

Nas sociedades contemporâneas, a igualdade de direitos e o acesso universal à justiça constituem princípios fundamentais (Fibbi et al., 2021; Jerónimo, 2025). Em Portugal, estes princípios encontram-se consagrados na Constituição da República Portuguesa e reforçados por legislação específica que visa garantir a proteção de todas as pessoas, independentemente da sua nacionalidade ou origem (Diário da República Eletrónico, 1976; Diário da República Eletrónico, 2015). Contudo, diferentes têm evidenciado que a sua aplicação prática nem sempre assegura uma igualdade efetiva, no caso das populações imigrantes (Fibbi et al., 2021; Jerónimo, 2025).

As pessoas imigrantes podem enfrentar formas diversas de discriminação nos seus contextos de vida quotidiana, incluindo no acesso ao emprego, aos serviços públicos e no contacto com instituições de autoridade (Fibbi et al., 2021; Schrauwen, 2024). Estas experiências podem influenciar não apenas o seu bem-estar e integração social, mas também a forma como percecionam o sistema de justiça e a sua capacidade de proteção (Diehl et al., 2021; Luo & Kilburn, 2025). Neste sentido, a confiança nas instituições judiciais assume um papel central, uma vez que determina a disposição dos indivíduos para recorrer aos mecanismos legais disponíveis e para denunciar situações de abuso, discriminação ou qualquer outro crime (Chipalo & Bloomer, 2026; FRA, 2020).

Neste contexto, torna-se relevante compreender de que forma as vítimas imigrantes de discriminação em Portugal percecionam o sistema de justiça e quais os fatores que influenciam a sua confiança nas instituições judiciais (Jerónimo, 2025; OECD, 2024). A presente investigação procura, assim, contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre esta temática, explorando as experiências vividas por estas populações e identificando obstáculos e potencialidades no acesso à justiça (Esposito et al., 2025; Jerónimo, 2025).

Deste modo, o estudo pretende analisar a relação entre experiências de discriminação, barreiras no acesso ao sistema de justiça e níveis de confiança institucional, contribuindo para uma melhor compreensão das dinâmicas que influenciam a interação entre populações imigrantes e o sistema judicial em Portugal (Esposito et al., 2025; Fibbi et al., 2021; Jerónimo, 2025).

Parte 1 – Enquadramentos Jurídico

1.1. Crime de discriminação em Portugal

Em Portugal, os crimes associados à discriminação são enquadrados pelo princípio da igualdade e da não discriminação, consagrado na Constituição da República Portuguesa [CRP], que proíbe qualquer tratamento desigual com base na nacionalidade, origem ou outras características pessoais. Este princípio é particularmente relevante na proteção de vítimas imigrantes, que podem ser mais expostas a situações de discriminação no contexto social e institucional (Diário da República Eletrónico, 1976).

No âmbito dos crimes contra a honra, o artigo 180.º do Código Penal [CP], difamação, protege a dignidade das pessoas contra a imputação de factos ou a formulação de juízos ofensivos da sua honra ou consideração, sendo frequentemente aplicável em situações em que vítimas imigrantes são alvo de ofensas que afetam a sua reputação, sobretudo em contextos de discriminação verbal ou social. Em articulação, o artigo 240.º do CP tipifica o crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência contra pessoas ou grupos com base em fatores como raça, nacionalidade, origem étnica, religião ou outras características, abrangendo condutas que ultrapassam a ofensa individual e se dirigem à discriminação de grupos vulneráveis (Diário da República Eletrónico, 1995).

Em conjunto, estes artigos permitem uma proteção jurídica em diferentes níveis, desde ofensas individuais à honra até à discriminação coletiva e ao incitamento ao ódio. O artigo 240.º assume especial relevância por proteger não apenas a vítima individual, mas também grupos vulneráveis que possam ser alvo de discriminação em razão da sua origem, nacionalidade. A importância desta proteção tem sido reconhecida pela jurisprudência portuguesa, nomeadamente pelo Tribunal da Relação de Lisboa, que salientou a necessidade de limitar discursos suscetíveis de promover a inferiorização, humilhação ou estigmatização de minorias, em defesa dos princípios da igualdade e da dignidade humana (Tribunal da Relação de Lisboa, 2021).

1.2. Direitos das pessoas imigrantes vítimas de discriminação em Portugal

Em Portugal, a proteção das vítimas imigrantes de discriminação baseia-se nos princípios constitucionais da universalidade e da igualdade, previstos nos artigos 12.º e 13.º da CRP, que garantem que todos os indivíduos beneficiam dos direitos fundamentais e proíbem

qualquer discriminação com base na nacionalidade ou origem. O artigo 15.º reforça este enquadramento ao estabelecer que os estrangeiros e apátridas gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres que os cidadãos nacionais, assegurando a sua integração no sistema jurídico português (Diário da República Eletrónico, 1976).

Para além do enquadramento constitucional, o sistema jurídico português integra também legislação específica que reforça estes direitos. O Estatuto da Vítima, aprovado pela Lei n.º 130/2015, concretiza na prática os direitos fundamentais das vítimas de crime, incluindo o direito à informação, proteção e apoio. No caso das vítimas imigrantes de discriminação, este estatuto assume particular importância ao prever mecanismos como o acesso a serviços de interpretação, reduzindo barreiras linguísticas, culturais e institucionais no contacto com as autoridades judiciais (Diário da República Eletrónico, 2015).

Apesar deste enquadramento legal, as vítimas imigrantes de discriminação podem enfrentar obstáculos práticos no acesso ao sistema de justiça. Entre os principais desafios encontram-se as barreiras linguísticas e as dificuldades na compreensão dos procedimentos (Jerónimo, 2025). Estas limitações podem dificultar a participação das vítimas nos processos e reduzir a sua capacidade de exercer plenamente os direitos que lhes são reconhecidos pela legislação. Neste contexto, os serviços de apoio à vítima assumem um papel relevante ao disponibilizarem informação, acompanhamento jurídico e apoio psicológico, contribuindo para uma maior acessibilidade do sistema de justiça e para o reforço da confiança das vítimas nas instituições (Jerónimo, 2025).

1.3. Estatística sobre a perceção de justiça e legitimidade institucional

A perceção de justiça e a legitimidade institucional são fatores essenciais para a confiança dos cidadãos no sistema judicial. Em Portugal, dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] indicam que cerca de 45% da população manifesta níveis elevados ou moderados de confiança nos tribunais e no sistema de justiça. Este resultado demonstra uma confiança institucional intermédia, evidenciando que, apesar de críticas relacionadas com a demora e complexidade dos processos, o sistema judicial mantém um nível de credibilidade relativamente estável quando comparado com outros países (OCDE, 2024).

No contexto das populações migrantes na Europa, os dados da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia [FRA] indicam que os migrantes tendem a apresentar níveis mais baixos de confiança nas instituições públicas quando experienciam situações de discriminação ou tratamento desigual. O relatório destaca que a experiência de discriminação, seja em contextos sociais ou no acesso a serviços públicos, influencia diretamente a forma como os migrantes percecionam a justiça e a capacidade de resposta das instituições, incluindo os tribunais e forças de segurança (European Union Agency for Fundamental Rights, 2020).

A comparação entre a população geral e as populações migrantes evidencia diferenças significativas nos níveis de confiança institucional. Enquanto a população em geral em Portugal apresenta uma confiança moderada no sistema de justiça, os migrantes tendem a demonstrar maior desconfiança, especialmente quando têm contacto direto com situações de discriminação ou quando percecionam dificuldades no acesso a mecanismos de proteção legal. Assim, a legitimidade do sistema de justiça depende não apenas da sua estrutura legal, mas também da experiência concreta dos indivíduos com as instituições e da forma como estas respondem a situações de desigualdade. A experiência de discriminação surge assim como um fator explicativo central da redução da confiança institucional entre populações migrantes (European Union Agency for Fundamental Rights, 2020; OCDE, 2024).

Parte 2 – Enquadramento Teórico

2.1. Conceito de confiança no Sistema de Justiça

A confiança no sistema de justiça em Portugal reflete a crença dos cidadãos na legitimidade e na imparcialidade das instituições para resolver litígios e assegurar a estabilidade da paz social (Pedro, 2024). Este sentimento de segurança fundamenta-se na expectativa de que as autoridades ajam orientadas para o bem comum e de que as decisões judiciais sejam justas, previsíveis e protetoras. Contudo, a perceção pública de justiça é frequentemente afetada pelo desconhecimento ou pela falta de segurança real sobre a eficácia dos mecanismos públicos, o que pode levar os indivíduos a evitarem o sistema por sentirem que este não é uma ferramenta totalmente acessível (Pedro, 2024).

Para a população imigrante, a confiança institucional funciona frequentemente como um "salto de fé", onde se espera que as instituições do país de acolhimento sejam mais

legítimas e seguras do que as do país de origem (Luo e Kilburn, 2025). Este vínculo é um processo social ligado à identidade e ao sentimento de pertença, em que o facto de a pessoa se sentir bem acolhida e segura na sua comunidade aumenta a probabilidade de confiança e cooperação com as forças de autoridade (Chipalo e Bloomer, 2026).

Por outro lado, a confiança é gravemente fragilizada quando o Estado adota uma "política de ignorância", omitindo ou fragmentando informações essenciais sobre direitos fundamentais e apoio jurídico, o que gera ambientes de medo e incerteza (Esposito et al., 2025). A manutenção desta confiança depende também da superação de barreiras linguísticas, uma vez que a carência de intérpretes qualificados nos tribunais portugueses impede que o indivíduo compreenda os procedimentos, isolando-o perante o sistema (Jerónimo, 2025).

2.2. Caracterização das vítimas imigrantes de discriminação

As vítimas de discriminação na Europa são maioritariamente minorias visíveis, abrangendo tanto os imigrantes como os seus descendentes. Estes grupos enfrentam barreiras persistentes no acesso a serviços básicos como emprego, saúde e habitação, o que reflete processos estruturais que dificultam a igualdade de oportunidades (Fibbi et al., 2021). A saliência das fronteiras étnicas para populações de origem não europeia contribui para que a perceção de tratamento injusto se mantenha mesmo com a evolução da integração (Diehl et al., 2021).

O perfil das vítimas com estatuto precário abrange pessoas sem documentos, requerentes de asilo com pedidos recusados e indivíduos com vistos temporários dependentes de terceiros. As mulheres deste grupo apresentam riscos elevados de exploração e violência, uma vez que a sua permanência legal depende frequentemente de cônjuges ou empregadores. Muitas destas vítimas evitam o contacto com serviços públicos de assistência por medo da partilha de dados com as autoridades de imigração ou de perderem a custódia dos filhos (Spencer et al., 2024).

No âmbito do sistema de justiça, as vítimas de tratamento desigual são frequentemente homens jovens pertencentes a vagas migratórias recentes e frequentemente com filhos a seu cargo (Domínguez et al., 2022; Luo e Kilburn, 2025). Estes indivíduos possuem, em média, registos criminais mais limpos do que os cidadãos nacionais, mas enfrentam decisões judiciais mais severas, como a detenção preventiva. A falta de informação sobre

o passado dos imigrantes leva os juízes a utilizarem estereótipos baseados na nacionalidade, resultando em punições desproporcionais, especialmente em crimes de tráfico de droga (Domínguez et al., 2022).

Especificamente em Portugal, as vítimas de discriminação em centros de detenção são maioritariamente mulheres, cisgénero e transgénero, naturais de países como o Brasil e Angola. Este grupo inclui pessoas em situação de fragilidade, como grávidas ou vítimas de tráfico, que enfrentam a falta de informação clara sobre direitos e leis fundamentais (Esposito et al., 2025). A carência de apoio médico e jurídico, aliada a graves barreiras linguísticas e à falta de intérpretes qualificados nos tribunais, aumenta a exposição a situações de isolamento e exclusão, dificultando a perceção do sistema de justiça como um mecanismo de proteção (Esposito et al., 2025; Jerónimo, 2025).

2.3. Barreiras no acesso ao Sistema de Justiça pelas vítimas imigrantes de discriminação

As barreiras linguísticas constituem um dos principais obstáculos à igualdade no acesso à justiça, resultando da escassez de intérpretes qualificados e da falta de sensibilidade dos agentes judiciais para a complexidade da tradução legal. Em Portugal, a ausência de regulação das profissões de intérprete e tradutor jurídico leva ao recurso frequente a amadores, o que pode levar a um julgamento injusto (Jerónimo, 2025). Esta limitação impõe às vítimas uma condição de "mudez estrutural", especialmente quando existe relutância judicial em nomear intérpretes para dialetos ou crioulos, impedindo a compreensão de obrigações e direitos fundamentais (Esposito et al., 2025).

A gestão da informação é utilizada como um mecanismo de poder através de uma "política de ignorância", em que dados essenciais sobre leis e procedimentos são fragmentados ou ocultados das vítimas. Em contextos de detenção em Portugal, este défice informacional mantém as vítimas em estado de profunda incerteza, impossibilitando-as de navegar no sistema para aceder a mecanismos de proteção (Esposito et al., 2025). Esta exclusão é agravada pela extrema complexidade dos regimes jurídicos que regulam o estatuto migratório, tornando o apoio especializado indispensável, mas frequentemente inacessível devido aos custos e à escassez de profissionais (Spencer et al., 2024).

No âmbito do sistema criminal, a falta de dados sobre o passado dos imigrantes leva os juízes a utilizarem estereótipos baseados na nacionalidade ou na raça, resultando em punições desproporcionais e na aplicação frequente de detenção preventiva (Domínguez et al., 2022).

Adicionalmente, vigora uma "racionalidade de valor" neoliberal que avalia os migrantes como recursos descartáveis e de baixo valor social para o país de acolhimento. Esta lógica enfraquece a proteção jurídica das vítimas e desencoraja a fiscalização de abusos laborais praticados contra grupos desfavorecidos (Schrauwen, 2024).

O medo da deteção e deportação funciona como uma barreira sistémica à denúncia de crimes, devido à inexistência de "firewalls" que protejam a confidencialidade dos dados pessoais nos serviços públicos. O receio de que o contacto com hospitais, escolas ou autoridades policiais resulte na partilha de informações com os serviços de imigração leva ao isolamento e à autoexclusão das vítimas (Spencer et al., 2024). Finalmente, em Portugal, a baixa utilização de meios como a mediação laboral reflete barreiras de custos e um desconhecimento generalizado sobre a eficácia destas ferramentas na proteção rápida de direitos (Pedro, 2024).

Parte 3 – Proposta de Investigação

3.1. Levantamento de necessidades

Portugal enfrenta o desafio de aproximar as suas leis da realidade vivida pelas populações migrantes. Atualmente, o acesso à justiça é dificultado por barreiras linguísticas, devido à escassez de intérpretes qualificados e à falta de regulação da profissão, o que impõe uma "mudez estrutural" às vítimas (Esposito et al., 2025). Além disso, a gestão fragmentada da informação e a omissão de direitos fundamentais, caracterizada como uma "política de ignorância", mantêm os indivíduos num estado de incerteza e medo (Esposito et al., 2025).

A ausência de "firewalls" eficazes que protejam a confidencialidade dos dados pessoais faz com que o medo da deportação se sobreponha à necessidade de proteção, levando à autoexclusão e à não denúncia de crimes ou exploração (Spencer et al., 2024). Paralelamente, o défice informacional sobre o passado dos cidadãos estrangeiros leva a

que decisões judiciais sejam frequentemente influenciadas pelo uso de estereótipos baseados na nacionalidade ou raça (Domínguez et al., 2022).

Este estudo justifica-se pela urgência em identificar estas lacunas e para futuramente se desenvolver ferramentas de proteção mais inclusivas, especialmente para grupos vulneráveis como crianças e mulheres imigrantes, que enfrentam riscos elevados de violência e dependência estrutural.

3.2. Objetivos do estudo

3.2.1. Objetivo geral

Analisar de que forma as vítimas imigrantes de discriminação percecionam o acesso ao sistema de justiça em Portugal e identificar os principais fatores que influenciam a sua confiança nas instituições judiciais.

3.2.2. Objetivos específicos

1. Explorar as experiências de discriminação vivenciadas por imigrantes em Portugal e o seu impacto na relação com o sistema de justiça
2. Identificar as principais barreiras no acesso ao sistema de justiça enfrentadas por vítimas imigrantes de discriminação que dificulta o apoio à vítima
3. Compreender de que forma as experiências com tribunais, forças de segurança e outras instituições influenciam a confiança institucional contribuindo para a busca de apoio
4. Analisar as percepções dos participantes relativamente à eficácia da resposta das instituições perante situações de discriminação.
5. Recolher sugestões dos participantes sobre medidas que possam melhorar o acesso à justiça e a proteção das populações imigrantes.

3.3. Método

A presente investigação adotará uma metodologia qualitativa, procurando compreender as percepções e experiências de vítimas imigrantes de discriminação relativamente ao

acesso ao sistema de justiça em Portugal. Esta abordagem permite explorar de forma aprofundada os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências, bem como os fatores que influenciam a sua confiança nas instituições judiciais.

O estudo terá um caráter exploratório e descritivo, centrando-se na análise das experiências de discriminação, das dificuldades encontradas no acesso à justiça e das perceções sobre a atuação das instituições.

3.3.1. Participação e amostra

A amostra deste estudo será constituída por vítimas imigrantes de discriminação residentes em Portugal. Pretende-se incluir participantes com diferentes nacionalidades e tempos de residência, de forma a garantir uma diversidade de experiências relativamente ao acesso ao sistema de justiça e à confiança nas instituições judiciais.

Será utilizada uma amostragem não probabilística por bola de neve, adequada ao estudo de populações específicas e de difícil acesso. Este método permite identificar participantes que reúnam as características definidas para a investigação através de contactos estabelecidos ao longo do processo de recolha de dados.

Os critérios de inclusão são: ser maior de 18 anos, ser imigrante residente em Portugal e ter experienciado pelo menos uma situação de discriminação. Não serão excluídos participantes que não tenham formalizado uma queixa ou que nunca tenham tido contacto direto com o sistema de justiça, uma vez que as suas perceções e experiências são igualmente relevantes para os objetivos do estudo.

Prevê-se a participação de aproximadamente 10 a 20 participantes. A definição do número final de participantes será orientada pelo princípio da saturação teórica, isto é, a recolha de dados será concluída quando as respostas deixarem de acrescentar informação relevante para os objetivos da investigação (Hennink & Kaiser, 2022).

A participação será totalmente voluntária, garantindo o consentimento informado e o anonimato dos participantes. Será assegurado que todos compreendem os objetivos do estudo, bem como a possibilidade de desistir em qualquer momento sem qualquer consequência.

3.3.2. Instrumento ou material

Para a recolha de dados será utilizado um questionário adaptado do Second European Union Minorities and Discrimination Survey (European Union Agency for Fundamental Rights, 2020). O questionário foi adaptado ao contexto português e às características da população-alvo, procurando compreender as percepções de vítimas imigrantes de discriminação relativamente ao acesso ao sistema de justiça e à confiança nas instituições judiciais (Anexo A).

O instrumento encontra-se organizado em seis secções. A primeira recolhe informações sociodemográficas dos participantes. As secções seguintes abordam experiências de discriminação, conhecimento de direitos, acesso à justiça, barreiras no contacto com as instituições e níveis de confiança no sistema de justiça. A última secção inclui questões abertas destinadas a recolher opiniões e sugestões dos participantes sobre formas de melhorar a proteção das populações imigrantes e o acesso à justiça.

O questionário integra questões fechadas e abertas, permitindo recolher informação sobre as experiências dos participantes e compreender das suas percepções relativamente ao acesso ao sistema de justiça em Portugal.

3.3.3. Procedimentos

Numa fase inicial, será solicitado parecer favorável à Comissão de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa (Anexo B) para a realização do estudo. Apenas após a aprovação ética será iniciada a recolha de dados.

Posteriormente, serão contactadas entidades que trabalham com populações imigrantes e vítimas de crime, nomeadamente a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] e a Agência para a Integração, Migrações e Asilo [AIMA]. Estas entidades serão contactadas através de um email (Anexo C), no qual será apresentado o estudo, os seus objetivos e solicitada colaboração na divulgação junto de potenciais participantes que acompanhem e que reúnam as características necessárias para participar na investigação.

Os potenciais participantes seleccionados pelas entidades receberão um e-mail com a apresentação do estudo (Anexo D), no qual serão explicados os objetivos da investigação, as condições de participação e as garantias de anonimato, confidencialidade e voluntariedade. Neste mesmo e-mail será disponibilizado o link de acesso ao questionário

online, em formato Google Forms. A primeira página do questionário será dedicada ao consentimento informado, sendo apenas possível prosseguir para as restantes secções após a aceitação expressa das condições de participação.

No e-mail de divulgação será igualmente solicitada a colaboração dos participantes na partilha do estudo com outras pessoas que conheçam e que tenham vivido experiências semelhantes de discriminação em Portugal. Caso estas pessoas cumpram os critérios de inclusão, poderão igualmente aceder ao link do questionário e participar no estudo, permitindo a expansão da amostra.

A recolha de dados será realizada através do questionário online disponibilizado em formato Google Forms (Anexo A). Após a conclusão da recolha de dados, as respostas serão organizadas e analisadas com o objetivo de identificar temas relacionados com as experiências de discriminação, as dificuldades de acesso ao sistema de justiça e a confiança nas instituições judiciais. Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins académicos, sendo garantidos o anonimato e a confidencialidade dos participantes durante todo o processo de investigação.

3.4. Resultados esperados

Considerando os objetivos específicos deste estudo, espera-se que os dados recolhidos através do questionário permitam identificar padrões consistentes nas experiências de vítimas imigrantes de discriminação em Portugal, particularmente no que respeita ao acesso ao sistema de justiça e à confiança nas instituições judiciais.

Com base na literatura existente, prevê-se que uma parte significativa dos participantes relate experiências de discriminação em diferentes contextos do quotidiano, nomeadamente no emprego, no acesso a serviços públicos e no contacto com autoridades (European Union Agency for Fundamental Rights, 2020).

Espera-se igualmente que os participantes apresentem níveis moderados a baixos de confiança nas instituições de justiça, incluindo tribunais, forças de segurança e autoridades locais, sobretudo aqueles que tenham experienciado situações diretas de discriminação ou tratamento desigual. Os níveis de confiança institucional tendem a ser mais reduzidos quando existem experiências negativas de contacto com instituições públicas (OECD, 2024).

Relativamente às barreiras no acesso ao sistema de justiça, prevê-se que os resultados evidenciem fatores recorrentes como desconhecimento dos direitos, dificuldades linguísticas, receio de represálias e falta de informação sobre mecanismos de denúncia. Estas barreiras são comuns em populações migrantes com estatuto mais vulnerável, contribuindo para a não denúncia de situações de abuso ou discriminação (Spencer et al., 2024). O desconhecimento dos mecanismos de apoio e denúncia continua a ser um fator limitador no acesso efetivo à justiça, dificultando a proteção das vítimas (Pedro, 2024).

Adicionalmente, espera-se que os participantes que tenham contacto com entidades de apoio ou maior acesso à informação jurídica apresentem níveis relativamente mais elevados de confiança institucional e maior predisposição para reportar situações de discriminação, sugerindo que o apoio institucional pode desempenhar um papel mediador na relação entre experiências de discriminação e confiança no sistema de justiça (European Union Agency for Fundamental Rights, 2020; OECD, 2024).

De forma geral, espera-se que os resultados evidenciem que a confiança no sistema de justiça é influenciada pelas experiências pessoais de discriminação, pelo acesso à informação e pela existência de apoio institucional, fatores estes que condicionam a relação entre populações imigrantes e o sistema de justiça em Portugal (Chipalo e Bloomer, 2026; Spencer et al., 2024).

Conclusão

O presente estudo procurou analisar de que forma as vítimas imigrantes de discriminação em Portugal percebem o acesso ao sistema de justiça e quais os fatores que influenciam a sua confiança nas instituições judiciais. Partindo de um enquadramento jurídico e teórico centrado nos princípios da igualdade, não discriminação e proteção dos direitos fundamentais, foi possível compreender a complexidade da relação entre populações imigrantes e o sistema de justiça.

A revisão da literatura evidencia que, apesar da existência de um quadro legal que garante proteção formal contra a discriminação e assegura o acesso universal à justiça, persistem barreiras significativas na sua aplicação prática. Entre estas destacam-se as dificuldades linguísticas, o desconhecimento de direitos, o receio de represálias e a insuficiência de mecanismos de apoio acessíveis, fatores que condicionam o recurso efetivo ao sistema judicial por parte das vítimas imigrantes.

Adicionalmente, a literatura analisada sugere que a confiança institucional não depende apenas da existência de normas legais, mas também das experiências concretas dos indivíduos com as instituições. Assim, situações de discriminação e dificuldades no acesso à justiça tendem a influenciar negativamente a percepção de legitimidade do sistema judicial, enquanto o acesso a informação e a entidades de apoio pode contribuir para o reforço dessa confiança.

Deste modo, espera-se que a investigação empírica permita aprofundar a compreensão destas dinâmicas, identificando padrões nas experiências das vítimas imigrantes de discriminação e evidenciando os principais fatores que moldam a sua relação com o sistema de justiça em Portugal.

Em termos gerais, este trabalho reforça a importância de uma abordagem integrada que não se limite ao enquadramento legal da igualdade, mas que considere também os obstáculos práticos e sociais que afetam o acesso efetivo à justiça. A identificação destas limitações é essencial para o desenvolvimento de políticas e práticas institucionais mais inclusivas, capazes de promover uma maior confiança das populações imigrantes no sistema de justiça e de garantir a efetiva proteção dos seus direitos fundamentais.

Referencias

- Chipalo, E. & Bloomer, R. (2026). Refugees' Levels of Trust in Police Personnel in their Resettled Communities: Application of the Social Identity Theory. *International Criminology*. [Em linha]. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s43576-026-00214-7>
- Diário da República Eletrónico. (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Diário da República. [Em linha]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>
- Diário da República Eletrónico. (1995). *Código Penal*. Diário da República. [Em linha]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675>
- Diário da República Eletrónico. (2015). *Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro: Estatuto da Vítima*. Diário da República. [Em linha]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2015-70200875-70200855>
- Diehl, C. et al. (2021). How Often Have You Felt Disadvantaged? Explaining Perceived Discrimination. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 73, pp. 1–24. [Em linha]. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s11577-021-00738-y>
- Domínguez, P. et al. (2022). Discrimination Against Immigrants in the Criminal Justice System: Evidence from Pretrial Detentions. *Economics Letters*, 212, 110294. [Em linha]. Disponível em <https://arxiv.org/abs/2202.10685>
- Esposito, F. et al. (2025). “Who’s breaking the law ... not us, them!”: Inside immigration detention in Portugal. *American Journal of Community Psychology*, 75, pp. 371–385. [Em linha]. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002%2Fajcp.12784>
- European Union Agency for Fundamental Rights. (2016). Second European Union minorities and discrimination survey: Questionnaire 2016. *Publications Office of the European Union*. [Em linha]. Disponível em https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/eumidis-ii-survey-questionnaire_en.pdf
- European Union Agency for Fundamental Rights. (2020). *Fundamental Rights Report 2020*. FRA. [Em linha]. Disponível em https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2020-fundamental-rights-report-2020_en.pdf
- Hennink, M. & Kaiser, B. N. (2022). Sample sizes for saturation in qualitative research: A systematic review of empirical tests. *Social Science & Medicine*, 292, 114523. [Em linha]. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953621008558?via%3Dihub>

- Fibbi, R. et al. (2021). *Migration and Discrimination: IMISCOE Short Reader*. Springer Nature Switzerland AG. [Em linha]. Disponível em <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-67281-2>
- Jerónimo, P. (2025). Legal Translation and the Challenges of Overcoming Language Barriers in Court Practice: Evidence from Portuguese Courts. *International Journal for the Semiotics of Law*, 38, pp. 2613–2638. [Em linha]. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s11196-025-10304-w>
- Luo, F. Kilburn Jr, J. C. (2025). Migrant Perceptions of Criminal Justice Systems: A Comparative Study of U.S. and Home Country Systems. *Social Sciences*, 14(6), 341. [Em linha]. Disponível em <https://www.mdpi.com/2076-0760/14/6/341>
- OECD. (2024). *OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions 2024: Country Notes - Portugal*. OECD Publishing. [Em linha]. Disponível em https://www.oecd.org/en/publications/oecd-survey-on-drivers-of-trust-in-public-institutions-2024-results-country-notes_a8004759-en/portugal_16e9df45-en.html
- Pedro, R. (2024). Access to Justice in Portugal: The Labour Mediation Experience. *Lex Humana*, 16(3), pp. e3028. [Em linha]. Disponível em <https://www.proquest.com/docview/3114239175/fulltextPDF?pq-origsite=primo&sourcetype=Scholarly%20Journals>
- Schrauwen, A. (2024). Essential, invisible, discriminated and exchangeable: labour migrants in the EU. *Transnational Legal Theory*, 15(4), pp. 572-590. [Em linha]. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/20414005.2024.2384235>
- Spencer, S. et al. (2024). *Migrants with a Precarious Status: Evolving Approaches of European Cities*. Springer Nature Switzerland AG. [Em linha]. Disponível em <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-031-55851-1>
- Tribunal da Relação de Lisboa. (2021). *Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, 6 de julho de 2021, Processo n.º 5551/19.0T9LSB-5*. InclusiveCourts. [Em linha]. Disponível em https://inclusivecourts.pt/wp-content/uploads/2022/05/Tribunal-da-Relacao-de-Lisboa-proc.-5551_19.0T9LSB-5-06.07.2021.pdf

Anexos

Anexo A – Questionário

Section 1: Socio-Demographic Background

1. How old are you?
2. What is your gender?
3. Which citizenship do you have?
4. In what year did you arrive to live in Portugal?
5. Using a scale from 1 to 5 (1 = No skills, 5 = Fluent), how would you describe your proficiency in speaking, reading, and writing Portuguese?

Section 2: Experiences of Discrimination

1. In your opinion, how widespread is discrimination based on ethnic origin or immigrant background in Portugal (on a scale from 1 = Very rare to 5 = Very widespread)?
2. Have you ever felt discriminated against because of your immigrant background when looking for a job?
3. Have you ever felt discriminated against at work by employers or colleagues?
4. Have you felt discriminated against because of your immigrant background when using healthcare services (e.g., seeing a doctor or nurse)?
5. Have you felt discriminated against when in contact with administrative offices or public services (e.g., social security, tax offices, or registry offices)?
6. Have you been stopped, searched, or questioned by the police because of your immigrant background?
7. Has a police officer ever physically assaulted you (pushed, hit, or kicked you) because of your immigrant background?
8. Have you experienced harassment (offensive comments, threats, or gestures) because of your immigrant background?

Section 3: Access to Justice and Rights Awareness

1. As far as you are aware, is there a law in Portugal that forbids discrimination based on skin color, ethnic origin, or religion?
2. Do you know of any organizations in Portugal that offer support or advice to people who have been discriminated against?
3. Have you ever searched information about your rights after experiencing discrimination?
4. If yes, where did you seek that information?

Section 4: Barriers to the Justice System

1. The last time you felt discriminated against or assaulted, did you report or make a complaint about the incident to any institution?
2. If you did NOT report the incident, was it because you did not know how to make a complaint or where to report it?
3. If you did NOT report the incident, were you afraid of retaliation or concerned that no one would believe you or take you seriously?
4. If you did NOT report the incident, did language difficulties prevent you from reporting the incident?
5. What were/are the main difficulties you faced when trying to seek help or report the situation?

Section 5: Trust in Institutions and Institutional Response

Using a scale of 0 to 10 (0 = No trust at all, 10 = Complete trust)

1. How much do you personally trust Portugal's legal system?
2. How much do you personally trust the Portuguese police?
3. How much do you personally trust the local (municipal) authorities in the place where you live?

4. If you have ever made a complaint, to what extent were you satisfied with how the police, or the relevant institution handled your report (on a scale from 1 = Very dissatisfied to 5 = Very satisfied)?
5. What experiences have most influenced your trust or distrust in the Portuguese justice system?

Section 6: Suggestions for Improvement

1. In your opinion, what could Portuguese institutions (courts, police, and public services) do to better protect migrants and make it easier for victims of discrimination to access justice?
2. Can you describe an experience of discrimination that had a significant impact on you?
3. How did this experience influence your perception of Portuguese institutions?
4. What difficulties did you encounter when seeking help, information, or support?

Anexo B - Requerimento à Comissão de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa

Exmo.(a) Senhor(a) Presidente da Comissão de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa

Eu, Mariana Mendes dos Anjos, estudante do último ano da licenciatura em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, venho por este meio solicitar um pedido de autorização por parte da Comissão de Ética relativamente ao projeto de investigação intitulado “A confiança de pessoas imigrantes vítimas de discriminação no Sistema de Justiça”, a desenvolver no âmbito da unidade curricular de “Projeto de Graduação”.

O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma as vítimas imigrantes de discriminação em Portugal percecionam o acesso ao sistema de justiça e identificar os principais fatores que influenciam a sua confiança nas instituições judiciais.

A investigação recorrerá à aplicação de um questionário online dirigido a imigrantes residentes em Portugal que tenham experienciado situações de discriminação. A participação será voluntária, anónima e baseada no consentimento informado dos participantes. Será garantida a confidencialidade dos dados recolhidos, bem como o cumprimento das normas éticas aplicáveis à investigação científica e da legislação em vigor relativa à proteção de dados pessoais.

Coloco-me à disposição para esclarecer qualquer dúvida ou fornecer informações adicionais necessárias relativamente ao presente projeto de investigação.

Sem outro assunto de momento,

Com meus melhores cumprimentos,

Porto, 26 de junho de 2026.

A requerente

Mariana Mendes dos Anjos

Anexo C - Pedido de Colaboração à APAV e à AIMA

Estimado Sr.(a) Diretor(a),

Assunto: Pedido de colaboração na divulgação de estudo académico

Eu, Mariana Mendes dos Anjos, estudante do último ano da licenciatura em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa e encontro-me a desenvolver o Projeto de Graduação intitulado “A confiança de pessoas imigrantes vítimas de discriminação no Sistema de Justiça”.

Este estudo tem como objetivo compreender de que forma as vítimas imigrantes de discriminação percecionam o acesso ao sistema de justiça em Portugal e identificar os principais fatores que influenciam a sua confiança nas instituições judiciais.

Neste sentido, venho solicitar a colaboração da vossa entidade na divulgação do estudo junto de potenciais participantes que cumpram os seguintes critérios: serem maiores de 18 anos, imigrantes residentes em Portugal e terem experienciado pelo menos uma situação de discriminação.

A participação será realizada através de um questionário online, sendo totalmente voluntária, anónima e confidencial. Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins académicos.

Caso seja possível colaborar na divulgação deste estudo, agradeço desde já a vossa disponibilidade e apoio.

Caso seja possível, agradeço o envio para o *e-mail* abaixo indicado dos contactos e respetivos endereços de e-mail de potenciais participantes para este estudo.

Coloco-me à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que considerem necessários.

Com os melhores cumprimentos,

Mariana Mendes dos Anjos

E-mail: 2023107338@ufp.edu.pt

Universidade Fernando Pessoa

Anexo D – Convite para Participação

Dear Sir/Madam,

Subject: Invitation to participate in an academic study

I, Mariana Mendes dos Anjos, a final-year student of Criminology at the Fernando Pessoa University, am developing a research project entitled "The trust that migrant victims of discrimination have in the Justice System".

If you consider it relevant, you may share this invitation and the link with others who may be interested in participating. To participate in this study, it is necessary to: be over 18 years of age, be a resident migrant in Portugal, and have experienced at least one situation of discrimination.

Participation is voluntary, anonymous, and confidential, and the data collected will only be used for academic purposes.

If you have any questions, you can contact me via the email address below.

The questionnaire is available through the following link:

[Insert questionnaire link]

Thank you in advance for your availability and collaboration.

With best regards,

Mariana Mendes dos Anjos

E-mail: 2023107338@ufp.edu.pt

Universidade Fernando Pessoa